

## PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

*Lucas Masteguin*  
UNESP-FCLAr

**Resumo:** Esta pesquisa tem foco no planejamento educacional denominado Plano de Ações Articuladas [PAR] que foi desenvolvido através do Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE], instituído a partir do decreto 6.094 de 2007. O PAR tem como objetivo estabelecer metas e concretizar ações educacionais de forma plurianual nos municípios, contando com a participação do estado, assistência técnica do Ministério da Educação e a participação de diferentes atores sociais por meio do comitê local para a formulação do PAR, porém há fatores que incidem no processo deste planejamento, assim sendo, o objetivo desta pesquisa é analisar a formulação do Plano de Ações no município de Araraquara. A metodologia consistiu na leitura do PAR 2011/2014 para detectar as necessidades de planejamento nesse período e o PAR 2016/2019 para captar, utilizando entrevistas e questionários, a opinião dos membros responsáveis pela formulação do PAR. Um dos fatores identificados foi à ausência de compartilhamento de informações da Secretaria de Educação com relação ao andamento das metas idealizadas e concluídas junto à comissão local. Desse modo, é essencial compreender que um planejamento em conjunto, só é possível, quando há mobilização social, um dos objetivos maiores do PAR.

**Palavras chave:** Mobilização. Descentralização. Participação.

### Introdução

A partir da década de 1980, coloca-se em pauta, no cenário político, tendências vinculadas ao planejamento, sobretudo o papel do Estado na formulação de políticas públicas. Temas como autonomia, descentralização, eficácia e eficiência cada vez mais começaram a fazer parte da linguagem dos diversos segmentos da sociedade, principalmente no plano educacional no Brasil. Segundo Dasso Junior (2014) neste período há o aparecimento de uma Nova Gestão Pública baseada nos resultados, transparência de ações e prestação de contas e com isso possibilitou uma reestruturação do Estado que abrangeu um modelo de reforma gerencial (apud Chaves et al. 2018, p. 656).

Através da constituição de 1988, conhecido como o período da redemocratização, configurou ao lado de diversos movimentos sociais que reivindicavam direitos, canais de maior participação pública. O processo de redemocratização fomentou um viés participativo e

democrático que abarcasse os diversos agentes sociais, tendo em sua diretriz a descentralização das tomadas de decisões (JUNIOR, 1995).

No período da ditadura militar no Brasil, figurava um planejamento tecnocrático e centralizado, principalmente no campo educacional. Através da constituinte de 1988, que institucionalizou mecanismos de participação pública e democracia, possibilitou uma reformulação do Estado em fazer políticas públicas dando maior autonomia às esferas da sociedade civil (JUNIOR, 1995).

No campo educacional, a constituição de 1988, ampliou os direitos sociais, principalmente no acesso à educação destinando recursos ao setor e descentralizando ações as esferas do poder público (JUNIOR, 1995). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação [LDB], sancionada em 1996, em específico o artigo 8º reforçou essa concepção quando estabelece o Estado o papel da coordenação da política educacional visando uma função normativa, redistributiva e supletiva.

De acordo com Camini (2010) nos anos de 1990 esses ideais eram frutos de movimentos que tinham propostas de cunho democrático por uma espécie de “compromisso” com a sociedade civil. Destacam-se a Semana Nacional de Educação para Todos em 1993, a Conferência Nacional de Educação para Todos, ocorrida em 1994, que reforçavam programas de profissionalização do magistério, regime de colaboração e necessidades básicas de aprendizagem.

Os autores Souza e Faria (2004) acrescentam que a conferência de Jomtien na Tailândia, ocorrida em 1990 foi um movimento importante no campo externo que serviu de referência no Brasil para o Plano Decenal de Educação [1993- 2003] e o Plano Nacional de Educação [1998] porque países que possuíam maiores taxas de analfabetismo firmaram compromissos na intenção de universalizar o acesso à educação, promoção da equidade e novos modelos de gestão.

Em 2007, no Governo do presidente, Luis Inácio Lula da Silva, e tendo neste período o ministro da Educação, Fernando Haddad, cria-se o Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE] que é um conjunto de medidas que têm como objetivo melhorias na qualidade da educação básica brasileira. O PDE está estruturado em seis pontos: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social (BRASIL, 2007).

Neste sentido, ressalta-se o compromisso social em relação à educação juntamente com uma política colaborativa entre os entes federados. O decreto 6.094/2007 reflete essa

perspectiva institucionalizando o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação que implementa um regime de colaboração com os municípios, Distrito Federal e estados, e a participação das famílias e da comunidade, através de um plano de metas e resultados. (BRASIL, 2007).

Assim sendo, os municípios participarão desse acordo de forma voluntária obtendo do Ministério da Educação apoio técnico e financeiro, cumprindo normas expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE] (BRASIL, 2007).

O 2º artigo do decreto de nº 6.094 de 2007 fixa o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [IDEB] como índice de medição da qualidade e acompanhamento das metas cumpridas pelo termo de adesão ao compromisso.

Esse acordo está centrado em quatro eixos: gestão educacional; formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar; recursos pedagógicos e infraestrutura física e concretizar-se-á a partir da formulação de um Plano de Ações Articuladas [PAR], objeto desta pesquisa.

A partir da Lei nº 12.695 em 2011, altera-se a vinculação direta do PAR ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação para vincular aos Planos Nacionais de Educação, sendo assim, regido por lei própria e configurando-se como política de Estado (SOUZA; BATISTA, 2016).

Essa Lei institui o FNDE como responsável pelas transferências de recursos mediante Termo de Compromisso firmado. E após utilização do recurso é previsto a prestação de contas do município cabendo o acompanhamento e o controle social exercidos pelo âmbito municipal e estadual, ou seja, ficando a cargo de conselhos específicos, conforme rege o artigo 24 da Lei 11.494/2007.

Neste contexto o Ministério da Educação estabelece a partir do PDE mecanismos que fomenta a participação pública no planejamento educacional, um desses é a criação do PAR. O FNDE denomina o PAR como uma estratégia de planejamento, definindo-o como um instrumento de diagnóstico de política educacional, ou seja, é um plano estratégico de caráter plurianual e multidimensional e seu período de desenvolvimento é de quatro anos (BRASIL, 2007).

Através deste recurso, cria-se um comitê local com participações de setores da sociedade com o objetivo de acompanhar as metas de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. A criação desse comitê é condição obrigatória para participar do PAR

(BRASIL, 2007). O governo federal priorizará e apoiará propostas dos órgãos estaduais e municipais para financiamento das ações de melhoria da educação básica.

O Plano de Ações Articuladas é desenvolvido em três etapas: diagnóstico da situação educacional, elaboração do plano de trabalho e análise técnica. E a partir da conclusão da situação educacional, o município desenvolve seu PAR e apresenta ao FNDE. Neste processo, o PAR é mediado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação [SIMEC].

O projeto de pesquisa busca analisar os dados dos Planos de Ações Articuladas [PAR] anteriores e a formulação do PAR atual do município de Araraquara, buscando compreender como é dada essa formulação e o que pensam os gestores sobre o desenvolvimento das ações educacionais do PAR.

O presente trabalho justifica-se em ampliar informações sobre o tema, que são escassos, e possibilitar aos gestores o aperfeiçoamento dos Planos de Ações Articuladas.

O PAR transforma o modo de planejar o ensino, sob a perspectiva do pacto da União, estado e município, entretanto essa espécie de assessoramento do Ministério da Educação, conforme apontam Adrião e Garcia (2008) transfere uma responsabilização aos gestores locais pelo sucesso das ações de melhoria dos índices educacionais e fomenta um clima de pressão ao cumprimento de metas. De acordo com os autores, isso propicia uma desmotivação da equipe em relação a não conseguirem alcançar seus objetivos, inclusive se ocorrer uma diminuição dos recursos financiados pelo MEC.

Outro ponto a ser discutido são as ferramentas utilizadas na elaboração do PAR, Oliveira et al. (2012) identificam as dificuldades dos gestores dos municípios do Mato Grosso do Sul referente à linguagem complexa, exiguidade de tempo, fatores políticos e pouca participação da comunidade.

Diante o exposto, é importante considerar, a complexidade de fatores que incidem na elaboração do PAR, inclusive as disputas de interesse no processo de planejamento. O intuito é analisar esses fatores e contribuir com propostas que visem melhorias na qualidade desta política.

## Material e Métodos

O município de Araraquara está situado na região central do estado de São Paulo e a 270 quilômetros da capital. Sua população está estimada em 230.770 habitantes. (IBGE, 2018). Atualmente, encontra-se no 14º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal [IDHM] que avalia dados de longevidade, educação e renda.

Na área educacional, o município consta com 36 estabelecimentos de ensino médio e 59 escolas do ensino fundamental, e possui uma taxa de escolarização de 98,7% entre 6 a 14 anos de idade. (IBGE, 2018)

Com relação ao IDEB a pontuação no ano de 2015 é de 6,5 nos anos iniciais de ensino fundamental e 4,8 nos anos finais do ensino fundamental. (IBGE, 2018)

O município destaca-se pela presença da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” [UNESP] que se subdivide em Faculdade de Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Instituto de Química e Faculdade de Odontologia. Possui uma unidade da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo [FATEC] e o Instituto Federal do Estado de São Paulo [IFSP].

Araraquara conta com Instituições privadas de ensino superior como o Centro Universitário de Araraquara [UNIARA], Universidade Paulista [UNIP], União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo [UNIESP], Faculdades Logatti.

Atualmente, a cidade é governada pelo prefeito Edinho Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores [PT]. A Secretaria Municipal de Educação tem em sua estrutura a Coordenadoria Executiva de Gestão, Coordenadoria Executiva de Educação Básica e a Coordenadoria Executiva de Políticas Educacionais.

A portaria SE nº 50 de 06 Abril 2017 institui 19 participantes para compor o comitê local para elaboração do Plano de Ações Articuladas [PAR] de 2016 a 2019.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o levantamento bibliográfico sobre o assunto, análise documental do Plano de Ações Articuladas do período de 2011 a 2014, aplicação de entrevista e questionário eletrônico com o intuito de coletar dados e impressões sobre o planejamento do PAR no município de Araraquara.

Para coletar informações a respeito da participação do público alvo referente ao processo de planejamento do PAR a Coordenadora Técnica da Secretaria Municipal de Educação foi entrevistada e também foi utilizado um questionário, através de um formulário eletrônico, com 16 questões de múltiplas escolhas e questões discursivas, direcionado aos participantes do comitê local. Dentre os 19 participantes que foram identificados por letra e número P1, P2,....P19, 9 deles foram indicados pela Coordenação Técnica como os mais

ativos no planejamento educacional, porém 6 deles responderam o questionário. O formulário eletrônico seguiu o “Termo de Consentimento” constando informes sobre a não obrigatoriedade da participação, desistência desta pesquisa a qualquer momento e a garantia de anonimato e sigilo.

Utilizou-se também o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão [e-SIC] para solicitar informações dos recursos liberados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE] para o município de Araraquara em função do PAR.

As análises dos dados pautaram nos conceitos abordados por Minayo (2012). Para ela, compreender é o verbo principal de uma análise qualitativa porque a interpretação não se reduz apenas nas singularidades dos dados alcançados ou no tratamento dos indivíduos, mas deve relevar as suas subjetividades. Aponta que por trás dos indivíduos estão às experiências e também as contradições causadas pelo poder, relações sociais, pelas posições que ocupam na sociedade, interesses e as desigualdades. Diante disso, o tratamento dos resultados alcançados antes de tudo deve ser considerado reflexos de sentimentos, sensações dos indivíduos, sobretudo as suas contradições neste caso, em específico, no planejamento educacional.

## **Resultados e Discussão**

A literatura sobre o tema reconhece que o PAR é um importante instrumento de planejamento, mas há fatores que incidem tanto na participação pública como também dificuldades na execução desse plano. No caso, por exemplo, da pesquisa de Silva (2013, p.75) referente aos seis municípios do território do Vale do Jiriquiriçá, na Bahia, ele identifica que o PAR, por si só, não tem garantido “o avanço na implantação de medidas que possam corrigir as deficiências de suas redes de ensino”. Desse modo, passamos a fazer uma leitura do PAR 2011-2014 para identificar as prioridades de ações naquele momento.

### **PAR 2011/2014**

Não foi possível acompanhar o processo de construção do PAR 2011-2014, bem como as reuniões do comitê local, contudo seguem de forma breve as principais prioridades, com a

visão da Secretaria Municipal de Educação naquele momento e considerando os 4 eixos do PAR- Gestão Educacional; Formação de Professores; Recursos Pedagógicos e Infraestrutura.

No que se refere à Gestão Educacional, o município tinha como intenção no PAR 2011-2014 reforçar o acompanhamento participativo, tendo em vista a atuação do Conselho Municipal de Educação e os Conselhos Escolares, oferecendo cursos de qualificação para os conselheiros, assim também, aos técnicos da Secretaria Municipal que seriam responsáveis pela implantação e fortalecimento dos conselhos escolares.

A Secretaria de Educação enfatizou a elaboração do Plano de Carreira para os profissionais de serviço e apoio escolar e a implantação de um sistema informatizado de gestão escolar porque não se possuía ferramentas e instrumentos eficazes para conhecimento da situação administrativa, de pessoal e de infraestrutura das escolas porque o que se têm são planilhas isoladas sob a responsabilidade de diferentes gerências.

Diante da comunicação e a interação com a sociedade, a proposta da Secretaria Municipal de Educação era mobilizar os gestores escolares para incluir em projetos pedagógico ações que ofereciam uma política de abertura das escolas, inclusive aos finais de semana, à comunidade. A Secretaria Municipal de Educação [SME] alegou que foram executadas todas as propostas deste primeiro eixo.

Com relação ao segundo eixo- Formação de professores e de profissionais de serviço e apoio escolar, a gestão informa, através do PAR (ARARAQUARA, 2018), que não possuía em sua rede uma política de formação alinhada a este planejamento, a proposta era implantar uma política de formação continuada para os professores que atuam na educação infantil e proporcionar cursos visando o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas na classe comum, considerando escolas que possuem alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade ou superdotação.

Segundo o PAR (Araraquara, 2018), menos de 50% dos profissionais da educação participaram da formação de educação inclusiva. Além disso, acrescentou uma política de formação que principalmente aborde o cumprimento das leis nº 9.795/99 (institui a Política Nacional de Educação Ambiental), 11.525/2007 (direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental), 11.645/2008 (a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena) porque o município não possuía uma política de formação que abarcasse essas leis.

Segundo a Secretaria de Educação, embora o município possua um Centro de Formação de Professores [CEDEPE] e desenvolve diversas formações em vários eixos e temáticas, a política de formação continuada ainda não foi implantada.

O terceiro eixo, Recursos Pedagógicos (práticas pedagógicas e avaliação), visou a necessidade do município em começar a discutir sobre a implantação da educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos, de acordo com a emenda constitucional nº 59/2009. Diante disso, a gestão local apresentou propostas para promover essa discussão e assegurar as condições necessárias para a progressiva implantação. Também planejou a ampliação do tempo de permanência dos alunos no projeto da escola em tempo integral. E disponibilizou estratégias da Agenda Educação em Saúde, articulando ações que visem à promoção da saúde e prevenção de agravos.

O município de Araraquara, até então, não estabeleceu uma agenda para enfrentamento de causas de abandono e de evasão escolar, desta forma, através do PAR 2011-2014, planejou ações conjuntas com a escola e a família para identificar os motivos e oferecer programas que evitem a evasão e abandono dos alunos com a escola.

A rede municipal de ensino fundamental não participava do Programa Nacional do Livro Didático [PNLD] e a intenção da gestão era incluir as escolas neste programa assessorando-as nos materiais didáticos.

Dentro deste eixo também foi previsto ações específicas sobre a alfabetização, recursos humanos e infraestrutura para oferecimento de assistência individual e coletiva aos alunos que manifestassem dificuldades na aprendizagem, etc. A gestão local afirmou que todas as propostas idealizadas neste 3º eixo foram executadas.

Com relação à Infraestrutura Física, último eixo do PAR, a gestão local priorizou essa etapa com a maioria de ações pactuadas com a assistência técnica do Ministério da Educação, tais como a compra de veículos e imobiliários.

O FNDE informou, através do sistema e-SIC, que o município de Araraquara recebeu recursos financeiros por meio do PAR 2011/2014, montante de R\$ 896.998,90 visando a infraestrutura escolar conforme demonstra a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE] por meio do Plano de Ações Articuladas [PAR] para o município de Araraquara/SP

---

Valor Pago	UF	Programa FNDE	Dt. Emissão	Descrição
------------	----	---------------	-------------	-----------

---



150.000,00	SP	CM - PAR – TD	23/06/2015	Caminho da escola - ônibus acessível
177.799,62	SP	CM - PAR – TD	23/12/2015	Infraestrutura escolar - par mobiliário
132.079,71	SP	CM - PAR – TD	20/01/2016	Infraestrutura escolar - par mobiliário
198.119,57	SP	CM - PAR – TD	17/02/2016	Infraestrutura escolar - par mobiliário
239.000,00	SP	CM - PAR – TD	29/12/2016	Caminho da escola-ônibus pronacampo-emendas

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2018)

Silva (2013) apresenta, a partir da literatura por ele analisada, a desconcentração de poder, característico quando o poder local assume funções operativas porque não tem autonomia sobre algumas decisões essenciais no município como no caso de recursos financeiros.

Na entrevista com a Coordenadora Técnica da Secretaria de Educação, indagamos se os Planos de Ações das gestões políticas anteriores, especificamente do governo anterior do MDB se difere do PAR atual, gestão do PT. A funcionária informou que ela é responsável por todos os planos já montados, desde a implantação no município, e que não houve diferenças em razões de gestões políticas.

Na opinião dela, entre todos os eixos que considera essenciais para serem priorizados no PAR, a infraestrutura física foi selecionada porque no momento atual a prefeitura busca catalisar recursos financeiros para atender a região do Valle Verde<sup>1</sup> como a construção de creches.

Esta abordagem está em consonância com as respostas dos demais participantes da comissão atual no questionário aplicado “faça uma breve análise da situação educacional do município de Araraquara e o que você espera com a formulação do Plano de Ações Articuladas”?

<sup>1</sup> Residências do Programa Minha Casa Minha Vida onde diversos moradores passaram a residir na região Norte de Araraquara, mas necessitando de infraestrutura adequada nos bairros.

“Quando participei das reuniões do primeiro processo PAR, ficou claro para mim que a maior necessidade de instalações de prédios públicos educacionais na zona norte de Araraquara, como C.E.R (Centro de Educação e Recreação / creche e pré-escola) e E.M.E.F (Escola Municipal de Ensino Fundamental), pois naquela região, especificamente no Vale Verde, foram construídos inúmeras residências pela habitação social "Minha casa, Minha Vida" e não foi disposto as áreas institucionais, sendo elas educacional e social. Acredito que com o PAR, essa situação seja revertida (P1)

Como todo município atualmente, Araraquara também precisa de mais verbas para manutenção do ensino. Manutenção das unidades escolares, reformas, ampliações e novas construções de escolas são necessárias para atendimento a demanda. Essas ações são as que estamos aguardando serem aceitas no planejamento do PAR (P2).

Estamos em fase de discussão de nosso plano de carreira. Além disso, há situações precárias quanto à infraestrutura de algumas unidades. Outrossim, destaco a ausência de material pedagógico nas unidades escolares e a formação permanente é insuficiente, apesar de termos um centro específico para a formação dos profissionais da educação. Espero que no PAR, tais demandas sejam consideradas prioritárias (P3).

A situação estava desequilibrada com a entrega de novo bairro e falta de infraestrutura e vagas nas escolas e creches. Espero ações que atendam à região (P4).

O município de Araraquara esteve sempre à frente de muitos municípios da região e do Brasil no geral em relação ao número de alunos nas escolas, alfabetização, atendimento em creches, mas tem muito ainda que melhorar, como aumentar o número de vagas em creche, ampliar o atendimento de educação integral pelo menos até o fundamental II e erradicar o analfabetismo, para isso é necessário construção de novos prédios, em bairros novos e populosos e também ampliar e reformar prédios já existentes, além de aumentar o uso de tecnologias, ampliando aonde existe e criando salas de informática onde ainda não tem (P5).”

O relato da coordenadora técnica e dos demais participantes da comissão do PAR ressoa certa dependência do município com o Ministério da Educação principalmente no seu aspecto financeiro.

Isso leva a reflexão da própria ideia de federalismo no Brasil que conduz aos estados e municípios, a interligação e autonomia entre poderes. A constituição de 1988 instituiu com a descentralização, por exemplo, repasses de recursos e a universalização de serviços. Neste aspecto o federalismo se compõe em um regime de colaboração, ou melhor, um federalismo cooperativo. Contudo, Sousa e Castro (2018) apresentam que na prática isso não ocorre

devido ao unilateralismo em tomadas de decisões. Segundo as autoras esse movimento aparenta ser um federalismo de subordinação e não de coordenação devido a imposições feitas pela União.

Sousa e Castro (2018) afirmam que na história do Brasil houve tensões entre a ideia de centralização x descentralização. Por meio da literatura analisada pelas autoras, o federalismo no Brasil estaria marcado ou por um forte processo de centralização ou por uma descentralização descoordenada. No caso, por exemplo, do PAR, elas identificam que esse mecanismo de planejamento que tem como lema a autonomia e a descentralização, na verdade interferem na gestão dos entes federados conduzindo-os a seres executores dessa política, impondo-os modelos pautados em gestão de resultados. E isso acontece, sobretudo quando dependem de assistência técnica e financeira da União.

Silva e Neto (2018), em sua pesquisa, acrescentam, que o equívoco inicial do PAR, além de diminuir a autonomia dos estados e municípios, foi não considerar uma construção coletiva na própria formulação da política desse planejamento. Apesar do Ministério da Educação alegar que houve contribuições de outros segmentos representativos da área educacional na montagem do PAR, os autores identificam que há relatos de prefeitos e governadores que só foram tomar conhecimento do PAR na assinatura do Termo de Compromisso Todos Pela Educação quando já tinha sido criado.

Com relação aos recursos financeiros, Barbalho e Mendes (2018) apontam que o problema não está somente situado na questão do federalismo cooperativo, mas também por aspectos econômicos, políticos e administrativos. Conforme as autoras, os problemas são decorrentes devido à imposição de um planejamento igualitário entre os entes federados sem considerar as especificidades de cada estado e suas desigualdades. Barbalho e Mendes (2018) identificam, através dos municípios analisados no Pará e Rio Grande do Norte que eles são dependentes de recursos financeiros da União para realizar construções e adquirir equipamentos.

Contudo, os autores citados reconhecem a importância do PAR, essa forma de planejamento acaba impedindo o tráfico de influências e os jogos de interesses. Silva (2013) chama atenção que, através do PAR, evitam-se práticas antes costumeiras no Brasil como, por exemplo, convênios unidimensionais e esporádicos onde, na maioria das vezes, prevaleciam municípios maiores e detentores de recursos.

## PAR 2016-2019

No questionário aplicado aos membros responsáveis pela formulação do PAR 2016/2019 dentre aqueles que optaram a participar desta pesquisa estão na faixa dos 22 anos a 47 anos de idade. Desempenham funções de professores e diretores escolares e a maioria informou que possuem mais de 10 anos de experiência na área que exercem. 20% desses têm ensino superior completo e 80% apresentam pós- graduação *lato sensu* ou *strictu sensu*-mestrado ou doutorado e a maioria estudaram em universidades estaduais.

Com relação ao PAR 2016/2019, o FNDE, através do sistema e-SIC, informou que o novo ciclo do PAR está disponível para preenchimento a Etapa Preparatória e o Diagnóstico, bem como do Planejamento, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC. E que no momento atual não há termos de compromisso pactuados e transferência realizada via PAR ciclo 2016-2019.

Entretanto, a fase das reuniões para os diagnósticos da situação educacional do Município de Araraquara já foram realizadas, impossibilitando no período desta análise a participação *in loco* dessas reuniões.

A Coordenadora Técnica informou que a Secretaria de Educação está no período de inclusão dos dados de planejamento no sistema, SIMEC, e ao ser solicitada as atas das reuniões de diagnóstico da situação educacional, a informação é que não foram feitas atas de reuniões. Portanto, esses fatores impediram parcialmente de conhecer com mais precisão o que foi deliberado, tratado e discutido nas reuniões da comissão do PAR atual. Contudo, capturamos impressões de alguns membros da comissão com relação suas dificuldades e facilidades enquanto ao PAR, através do questionário online.

✓A plataforma do PAR exige que sejam respondidas diversas questões e cada questionário exige que se vinculem leis e normas existentes no município para que o MEC tenha como base a infraestrutura de cada cidade quando se diz escola, pré escola e creche na primeira etapa do PAR (quando fazia parte da equipe, participei das reuniões que buscavam responder em grupo essa etapa). Creio que esse processo foi mais demorado e um pouco complicado, pois demanda tempo e pesquisa. Algumas pessoas da equipe já possuíam maior vivencia e entendimento com políticas públicas e suas leis. (P1)

✓Facilidade: realizar o diagnóstico e preencher o sistema. Dificuldade: fazer o planejamento e aguardar a análise técnica do MEC (P2).

✓ Falta de informações que não são da minha atuação e competência profissional. Ausência de transparência nas informações da Secretaria Municipal de Educação [SME] (P3).

✓ Por se tratar de algo novo, a experiência de outros membros e a discussão coletiva facilitaram a elaboração das respostas. Dificuldades: Muitas das questões são sobre questões técnicas administrativas, que muitas vezes não chega ao meu conhecimento, são restritas à administração da SME, então precisávamos de explicações de técnicos da SME para entendermos do que se falava para depois poder responder.

✓ Facilidades: Quando respondemos ao PAR e atuava na Educação Infantil como professora em uma escola e como Professora da Educação Integral do Campo em outra, e algumas questões relativas ao campo e transporte pude auxiliar na elaboração das respostas, pois mesmo os profissionais técnicos da SME não tinham conhecimento, percebi o quanto a realidade do Campo é esquecida. Já havia atuado também na educação especial, no fundamental, na educação de jovens e adultos e também fui Agente Educacional, atuando na educação infantil integral e berçário, e o conhecimento dessas áreas na prática ajudou na elaboração de várias questões (P6).

Diante os relatos apresentados, as facilidades apontadas de alguns membros da comissão local são derivadas da experiência como profissionais no ramo e conhecedores da situação educacional em que atuam. Na pergunta “você tem alguma dificuldade na formulação do PAR?” 60% das respostas obtidas apresentaram que não tiveram dificuldades na formulação do PAR e informaram que tinham experiências em funções técnicas administrativas e que já participaram do desenvolvimento do PAR de gestões anteriores e 40% afirmaram que sentiram dificuldades na elaboração do Plano de Ações. Todavia, as dificuldades no PAR não se reduzem as questões técnicas administrativas, mas na própria publicização de informações da Secretaria Municipal de Educação, segundo os relatos abaixo:

✓ Antes de fazer parte da equipe local, desconhecia em que se constituía o PAR. Além disso, não percebi preocupação efetiva por parte dos gestores locais (secretários e prefeito) com sua elaboração. Por não haver grupo de discussões sobre esta questão, apenas se constituiu a equipe local, as temáticas abordadas pelo PAR não são compartilhadas. Assim sendo, sinto que pouco contribui como representante do grupo de gestoras do município (P3).

✓ Foi importante que no momento da elaboração dos questionários pude ter acesso a várias informações e ver como o município está atuando e a situação dele dentre outros municípios brasileiros, o quanto estamos à frente de muitos em relação à educação e como ainda temos

que melhorar, mas após a elaboração, nunca mais fomos chamados e não temos mais acesso a nenhum dado (P5).

Os participantes demonstram que uma das dificuldades na formulação do PAR é o conhecimento de informações tanto na fase de diagnóstico educacional até a fase final do PAR, alegam que são convidados unicamente para participarem do comitê local para fazer o diagnóstico educacional e não são chamados mais e não possuem qualquer informação de como está o andamento das metas idealizadas. Este cenário é presente na pesquisa de Sousa (2011, p.7) que analisa municípios dos 27 estados na nação e identifica que muito deles reúne o comitê somente na fase de diagnóstico com duração de três dias. Para ele, as pessoas que participam dos trabalhos não têm conhecimento prévio das propostas discutidas no plano e que considerando a duração de três dias, o “trabalho se resume ao preenchimento de dados”.

Chaves, et al. (2018, p.658) apresenta que é essencial o trabalho coletivo e o diálogo, faz parte de um movimento democrático, mas isso não quer dizer, que garanta “a socialização do poder, autonomia, descentralização e participação efetiva, ativa e voluntária que coadunam com a integração popular na tomada de decisões”. Esse movimento de gestão compartilhada, como, por exemplo, o PAR acaba refletindo uma falsa ideia de inclusão e uma mera formalidade.

Com a redemocratização, as políticas públicas vêm cada vez mais tendo a inclusão participativa como princípio, com a finalidade de compartilhar o poder, no entanto acabam utilizando mecanismos para a manutenção do poder (Lima, et al, 2011 apud Chaves, et al, 2018).

Com relação à representatividade, os membros representam segmentos da área educacional, tanto da equipe técnica como dos funcionários da rede, porém não há participação da sociedade civil, 60% dos membros da comissão afirmaram que os grupos a quais eles representam não têm demonstrado interesse no PAR. Portanto percebemos ausência de mobilização social e disseminação de informações.

## **Conclusão**

A maioria da literatura sobre o tema concentra-se com o objetivo de analisar o PAR mediante os resultados das metas deste plano. Ao invés disso, o intuito desta pesquisa é

verificar as propostas educacionais no município juntamente captando as impressões dos próprios membros do comitê responsável pela formulação do PAR.

Inicialmente, no PAR 2011/2014 a maioria das ações que são solicitadas assistência do MEC são referentes à ajuda financeira como aquisições de veículos e mobiliários. Assim sendo, o PAR acaba se tornando um mecanismo para subsidiar ações de infraestrutura física das escolas. Ao mesmo tempo em que também contribui, ficando a cargo do município, o planejamento de políticas educacionais que fomente melhorias nas práticas educativas.

Apesar da legislação sobre o tema ressaltar a importância das pactuações do Ministério da Educação junto com os estados e municípios foi possível observar que na prática o PAR tem muito mais relação direta do município com a União, através do sistema SIMEC, do que propriamente com os estados. No caso do estado de São Paulo, atualmente está em vigência o Plano Estadual de Educação, lei nº 16.279/2016, que visa 21 metas e estratégias de melhorias da qualidade da educação e uma delas é fomentar e apoiar canais que possibilite a formalização de cooperação entre os municípios e a União, conforme o artigo 6º da referida lei.

Com relação à fala da Coordenadora Técnica que o PAR não sofreu mudanças de acordo com diferentes planos de governo vai ao encontro com uns dos objetivos do PAR que é evitar que as pactuações sofram influências de mudanças partidárias. Entretanto, há de se considerar um aprofundamento analítico sobre esse ponto, tornando assim, uma proposta para uma pesquisa futura.

Na formulação do PAR 2016-2019, de acordo com os relatos dos membros do comitê local revela de modo exploratório, a falta de compartilhamento de informações pela Secretaria Municipal de Educação que acaba sendo um fator que incide no próprio planejamento do PAR já que os membros alegaram dificuldades em conhecer a realidade do município e as metas cumpridas idealizadas nos planos.

O compartilhamento de informações é essencial no planejamento educacional porque o PAR acaba se tornando um construto social, assim sendo, não é feito através de uma via única, as propostas idealizadas no Plano devem ser discutidas principalmente quando não são realizadas. E isso deve vir a conhecimento do comitê.

A sugestão é que a Secretaria de Educação fortaleça a comunicação com os membros do comitê em todo o processo do PAR desde a análise situacional até a realização das metas idealizadas. Quanto mais conhecimento os membros do Comitê tiverem mais poderão

influenciar as tomadas de decisões ou até mesmo no próximo plano que for formulado, contribuindo com propostas efetivas e relevantes.

Nesta perspectiva é importante ressaltar que as funções do comitê não se limitam a fazer apenas o diagnóstico educacional, mas também contribuir com diferentes vozes as percepções dos membros representativos, quando isso não acontece não se alcança a competência maior que é a mobilização social na educação.

## Referências

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o Plano de Ações Articuladas. Revista Cadernos de Pesquisa, vol.38, n.135, p.779-796, set/dez. 2008.

ARARAQUARA. Portaria SE nº 50 de 06 de Abril de 2017. Dispõe sobre a designação de equipe local para elaboração do plano de ações articuladas (PAR) da secretaria municipal da educação. Disponível em: <<http://www.araraquara.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/atos-oficiais-08-04-2017.pdf>>. Acesso em: Março de 2018. p.7-8

ARARAQUARA. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC-MEC). Plano de Ações Articuladas PAR 2011-2014. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/>>. Acesso em: Setembro de 2018.

BARBALHO, M.G.C.; MENDES, O.C. Federalismo e políticas de formação docente: implicações do PAR em municípios do Pará e Rio Grande do Norte. Revista eletrônica de educação, vol.12, n.3, p. 635-652. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do plano de metas compromisso todos pela educação, pela união federal, em regime de colaboração com municípios, distrito federal e estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: Março de 2018.

BRASIL. Decreto. Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do plano de ações articuladas. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm)>. Acesso: Março de 2018.



BRASIL. Decreto. Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do plano de ações articuladas. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm)>. Acesso: Março de 2018.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: Março de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. 2007. O plano de desenvolvimento da educação. razões, princípios e programas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso: Março de 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara/panorama>>. Acesso em: Março. 2018.

CAMIN, L. A política educacional do PDE e do plano de metas compromisso todos pela educação. Revista Brasileira de Política e Administração em Educação, vol. 26, n. 3, p. 535-550. 2010.

CHAVES, V.L.J.; NOVAIS, V.S.M.; GUEDES, G.B.; A gestão escolar e formas de provimento ao cargo de diretor escolar: o plano de ações articuladas em foco. Revista eletrônica de educação, vol.12, n.3, p. 653-670. 2018.

JUNIOR, H. F. Estrutura do planejamento e planejamento educacional no Brasil. Revista de Administração Pública, vol. 29, n.1, p. 5-18, jan/mar. 1995.

MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Revista Ciência e Saúde Coletiva, vol.17, n.3, p.621-626. 2012.

OLIVEIRA, R.T.C.; SCAFF, E.A.S.; SENNA, E. Elaboração, implementação e acompanhamento do plano de ações articuladas (PAR) em municípios de Mato Grosso do Sul. Revista Série-Estudos- Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n. 34, p. 133-146, jul./dez. 2012.

SILVA, E.S. Plano de ações articuladas (PAR): a atuação dos Comitês Locais do Compromisso como espaço de mobilização social pela educação, no território do Vale do

Jiquiriçá/Bahia. Dissertação de Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil. 2013

SOUZA, D. B.; BATISTA, N.C. Balanço das avaliações municipais do plano de ações articuladas: desafios atuais ao desenvolvimento da política nacional do PAR. Educação em revista, vol.32, n.1, p.105-131.2016.

SOUZA, D.B.; FARIA L. C. M. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB- 9.394/96. Ensaio: Avaliação e Políticas públicas em Educação, vol.12, n.45, p.925-944.2004.

SOUSA, K.C.S.; CASTRO. A.M.D.A. 2018. Federalismo e planejamento educacional: uma análise a partir do plano de ações articuladas (PAR). Revista eletrônica de educação, vol. 12, n.3, p. 605-620. 2018.

SOUSA, B.R. O plano de ações articuladas (PAR) como instrumento de planejamento da educação: o que há de novo?. In: 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. 2011. São Paulo. Anais. ANPAE. 2011. 1-12. Disponível em <<http://www.anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0079.pdf>>. Acesso em novembro de 2018.

SILVA, R.R.O.; NETO, A.C. Relações intergovernamentais e a coordenação federativa no contexto do plano de ações articuladas. Revista eletrônica de educação, vol. 12, n.3, p. 621-634. 2018.

#### SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

**Lucas Masteguin**

Mestrando no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais- (UNESP-FCLAr), Brasil; E-mail: [lucasmasteguin@hotmail.com](mailto:lucasmasteguin@hotmail.com)